

RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.533 - RS (2014/0014770-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : SUL FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS
ADVOGADA : ANGELIZE SEVERO FREIRE E OUTRO(S) - RS056362
RECORRIDO : JALUAR DENIS ALVES RIBEIRO
ADVOGADOS : DANIEL FERNANDO NARDON E OUTRO(S) - RS046277
BRUNA ELISE JARA ALVES - RS061702

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por SUL FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. COGNIÇÃO DE OFÍCIO. DECADÊNCIA DO DIREITO À CAUTELA. LEGITIMIDADE PASSIVA. INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA DAS CONDIÇÕES E REQUISITOS NECESSÁRIOS AO PROCESSAMENTO E DEFERIMENTO DA MEDIDA.

ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

Documentos juntados com a apelação As provas juntadas com a apelação não são conhecidas por não se tratarem de documentos novos.

Revelia Em que pese a revelia induza a veracidade dos fatos alegados na inicial, não há se falar nos seus efeitos quanto à matéria de direito.

Cognição de ofício de matéria não apreciada na sentença E possível o julgamento do pedido formulado pela parte ré, por se tratar de matéria de ordem pública.

Decadência do direito à cautela Como a medida cautelar em análise exaure-se em si mesma com a simples apresentação dos documentos, não se aplica, assim, o disposto no artigo 808, inciso II, do Código de Processo Civil.

Legitimidade passiva A parte ré apelante não comprovou que o crédito objeto do contrato reclamado foi transferido à outra instituição, decorrendo sua legitimidade no polo passivo da demanda.

Interesse de agir A parte requerente não está obrigada a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na esfera

judicial. No caso, houve o respectivo requerimento administrativo ainda que firmado pelo advogado da parte requerente.

Ainda, está presente a demonstração de necessidade da parte vir a juízo e a utilidade do provimento jurisdicional.

Carência de ação pela inadequação do procedimento escolhido Não se pode impedir o acesso da parte aos documentos comuns almejados, pela via da ação cautelar, sob o argumento de que o pedido poderia ter sido obtido por outro meio.

Dever de exibição

Cabe à instituição financeira exibir os documentos indicados pela parte requerente na inicial, por serem comuns aos litigantes.

Ônus sucumbenciais Havendo pretensão resistida, impõe-se a condenação da parte requerida ao pagamento dos ônus de sucumbência, em face do princípio da causalidade.

Quantum fixado a títulos de honorários O valor fixado na sentença não está de acordo com o padrão adotado por esta Câmara em casos análogos.

Verba majorada. Inteligência do art. 20. § 4º, do CPC.

AFASTADA DE OFÍCIO A DECADÊNCIA DO DIREITO À CAUTELA, REJEITADAS AS PRELIMINARES SUSCITADAS PELA PARTE REQUERIDA E NEGADO PROVIMENTO AO APELO DESTA, BEM COMO DADO PROVIMENTO AO APELO DA PARTE REQUERENTE. (fls. 113/114)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 535, 20, § 3º, 267, VI, 397, 517 do CPC/73, sustentando, em síntese, (a) omissão do Tribunal de origem a respeito da ilegitimidade passiva, que poderia ter sido atestada mediante solicitação de informações às “*FACTA e AGPTEA*” (fl. 164), (b) contradição quanto à possibilidade de juntada de documentos novos, em sede de apelação, (c) ilegitimidade passiva, matéria de ordem pública que pode ser alegada a qualquer tempo, permitindo, inclusive, a juntada de novos documentos, mesmo após a expedição da sentença e (d) necessidade de redução dos honorários de sucumbência, os quais foram arbitrados em 60% (sessenta por cento) do valor da causa.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 187).

É o relatório.

Nas razões dos embargos de declaração (fls. 138/141), a parte insurgente limitou-se a apontar suposta omissão no acórdão recorrido, no tocante ao pedido de envio

de ofício à Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola - AGPTEA - diligência que poderia, em tese, comprovar sua tese de ilegitimidade passiva.

Essa questão, no entanto, foi devidamente apreciada pelo Tribunal de origem, de modo claro, coerente e bem fundamentado, consoante se observa do acórdão estadual:

"A instituição financeira embargante, em suas razões, referiu que pode provar que não é parte legítima a figurar no presente feito mediante a expedição de ofício à AGPTEA. Para corroborar sua alegação, coligiu aos autos e-mail que, segundo refere, foi remetido pela referida asseio ação.

Além de não se tratar de documento novo, porquanto poderia ter sido produzido anteriormente, não há qualquer comprovação extrema de dúvidas de que foi a AGPTEA quem o enviou, pois não há elementos nos autos que relacionem a emitente com a aludida associação.

Assim, não é conhecido o documento juntado após o julgamento do recurso.

Omissão - não configuração Eminentes colegas, na verdade, não houve a omissão alegada, porquanto as teses trazidas foram suficientemente abordadas, assim como foram fundamentados os posicionamentos adotados.

Registre-se que restou claro na fundamentação do acórdão que, além de inexistir prova de que crédito oriundo do contrato firmado pela parte requerente foi, efetivamente, cedido à FACTA corretora de seguros, os e-mails anteriormente anexados aos autos são inúteis à verificação da legitimidade. Por conseguinte, ficou prejudicado o pedido de diligência formulado, mormente pela ausência de fundamentação consistente nesse sentido." (fls. 148/149)

Nessas condições, inexistente negativa de prestação jurisdicional no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

De fato, a legitimidade das partes constitui matéria de ordem pública, podendo ser alegada a qualquer tempo. No entanto, o TJRS não se negou a discutir a tese, à luz, inclusive, dos argumentos suscitados pela parte. Ao contrário, atestou a legitimidade da instituição financeira, na hipótese, tendo em vista que ela não comprovou a efetiva cessão dos créditos bancários objetos da controvérsia. Destaca-se do acórdão recorrido:

"Ainda que tenha sido firmado contrato de cessão de crédito,

direitos e prerrogativas, a parte ré não trouxe nenhuma prova que evidencie que o crédito objeto do contrato que está sendo reclamando pela parte autora foi, efetivamente, cedido à FACTA corretora de seguros.

Ademais, não há prova segura de que o contrato firmado pela parte requerente por meio da AGPTEA, consoante se verifica do contracheque juntado à fl. 08, fora celebrado com outra instituição financeira.

Veja-se que esta prova poderia ser facilmente obtida com a referida associação.

Ainda, de se salientar que não houve nenhuma demonstração de que a AGPTEA tenha se recusado a prestar informações acerca do contrato sub judice que justificasse a intervenção judicial com a expedição de ofício para a busca de informações.

Destarte, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela parte ré, restando prejudicado o pedido de nulidade da sentença pela ausência de atendimento da diligência formulada." (fl. 123)

Assim, eventual reforma do acórdão de 2º grau demandaria verificar se a parte insurgente teria juntado aos autos prova suficiente da alegada cessão de créditos à FACTA Corretora de Seguros ou se a APGTEA teria oferecido recusa em atestar essa circunstância. Nesse contexto, o óbice da Súmula n. 7/STJ obsta o julgamento da pretensão.

Por fim, o TJRS majorou os honorários de sucumbência de R\$ 300,00 (trezentos reais) para R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), com base no art. 20, § 4º, do CPC/73, segundo o qual "[n]as causas de pequeno valor (...), os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior".

Na espécie, o autor conferiu à ação o valor de R\$ 989,00 (novecentos e oitenta reais), quantia que, na forma do citado dispositivo legal, permite o arbitramento dos honorários fora dos limites então previstos no art. 20, § 3º, do CPC/73 (10% a 20%).

Nesse sentido:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. EXTINÇÃO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRESCRIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EQUIDADE.

1. Constatada a ocorrência de contradição no dispositivo da decisão embargada, a correção é medida que se impõe.

2. Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito

Superior Tribunal de Justiça

econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará a verba honorária por apreciação equitativa. Incidência do art. 20, § 4º, do CPC/73.

3. Embargos de declaração acolhidos.

(EDcl no AREsp 209.539/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 16/06/2016)"

O acórdão, portanto, não merece reparos.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator